

LOHSE, Eduard, *Contexto e Ambiente do Novo Testamento*, traduzido do alemão por Hans Jörg Witter, São Paulo, Paulinas, 2000, 302 pp.

Eduard Lohse é alemão de Hamburgo (*1924), renomado biblista. Trabalhou cerca de dezesseis anos (1956-71) como professor de Novo Testamento em Kiel e na Universidade de Göttingen. Nomeado bispo da Igreja Luterana de Hanôver desde 1971, trabalha atualmente como professor-convidado em diversas universidades na Europa e Estados Unidos.

A obra, cujo título original é "*Umwelt des Neuen Testaments*", foi escrita em 1971 e revista e ampliada em 1994. Publicada em português pelas Edições Paulinas no ano de 2000, a tradução é de Hans Jörg Witter.

Lohse escreve de modo muito claro, sem prescindir dos não poucos detalhes que sempre teima em fazer perceber. Contudo sua linguagem passa as informações de modo dinâmico, com as idéias bem "amarradas", de modo a parecer poder colocar-nos dentro dos fatos narrados. Assim, percebe-se, também, um inquestionável conhecimento histórico, de sólida base científica e contundente crítica. Passeia com admirável tranqüilidade e segurança sobre a história e os traços do judaísmo e do cristianismo primitivo em seus mais variados contextos, sempre acompanhado de critérios científicos (histórico-sociológicos) e de fé, os quais relaciona e distingue muito bem. Sem dúvida, o livro em questão desvenda o mundo que produziu os textos do Novo Testamento, dando instrumental para que se possa fazer uma releitura atual do mesmo, de modo a se desvelar também o presente – coisa que o autor se propõe a fazer e consegue.

A obra é constituída de duas partes. A primeira, intitulada "*O judaísmo no tempo do Novo Testamento*" é dividida em três capítulos:

O primeiro, "*A história política do judaísmo no tempo helênico*", trata dos domínios sofridos pelo povo judeu desde o Império Persa, bem como de suas políticas/estratégias de sobrevivência,

ainda que ameaçada, e de suas tentativas em conseguir independência política, até a guerra judaica e a revolta de Bar Kokba (132-135 d.C.). Neste capítulo nota-se uma excelente visão de conjunto dos acontecimentos e é já nele, sobretudo, que se evidencia a clareza de explicação do autor e seu cuidado com os diversos e significativos detalhes-curiosidades históricos.

O segundo capítulo trata dos “*Movimentos religiosos e correntes espirituais no judaísmo do tempo do Novo Testamento*”. Começando pela apocalíptica, trata de sua estrutura básica, possibilitando-nos entender sua ideologia pela compreensão de seu contexto histórico-cultural. Apresenta, ainda que brevemente, a literatura apocalíptica enquanto tal, apontando para informações dos livros escritos, suas datas, nomes, línguas e origens.

Num segundo momento, neste mesmo capítulo, escreve sobre os grupos e comunidades no judaísmo palestino. A saber: 1) Os *saduceus*: sua origem, sua politicagem para se manter na aristocracia, seu modo de viver a fé e seu fim; 2) Os *fariseus*: sua origem, sua vivência da fé – interessante aqui é que ele passa o “lado bom” do farisaísmo, que nós cristãos não estamos habituados a captar, assim, fala-nos das “boas intenções” deste grupo muito preocupado com o amor e a retidão no seguimento da Lei, esforçando-se para tal, a seu modo ou conforme a entendiam! –, seu conflito inevitável com Jesus e sua sobrevivência e influência após 70 d.C., por ocasião da destruição de Jerusalém pelos romanos; 3) Os *zelotas*: sua origem, sua relação com Jesus, seu jeito de ser, definido por sua política e causa libertadora defendida (conflito Lei de Iahweh x poder do imperador) e seu final trágico; 4) Os *essênios*: sua origem farisaica, seu fim (Guerra Judaica, 70 d.C.), sua vida de moral rígida, suas regras (bens, purificações, pureza, celibato etc) e a questão de sua ligação real ou não com Qumran; 5) Os *terapeutas*, de pouca relevância; 6) A *comunidade de Qumran*: familiarizando-nos um pouco com seus registros, viabilizando conhecermos sua fé e *modus vivendi*, mas dando critérios para fazê-lo corretamente – o que não acontece quando se lêem os textos sem considerar o dinamismo da comunidade, que está para além de épocas congeladas nos seus escritos –, explicando muito bem a sua fé e doutrina e, sobretudo no tópico em que aborda os tex-

tos de Qumran, mostrando-nos os paralelos interessantes (quando não as dissonâncias claras) que lançam luz sobre o significado do conteúdo da mensagem cristã para aquele tempo e lugar, fazendo com que a compreendamos melhor hoje também; 7) *Os escribas*: sua origem e sua continuação histórica (rabinismo).

Ainda num terceiro momento deste mesmo extenso capítulo, escreve sobre o judaísmo na Diáspora. Nessa fase da história em que o povo judeu mergulha de vez no mundo helenístico, descobre-se a semente do que virá a ser no cristianismo toda a discussão sobre a relação fé e razão (conflitos judaísmo x helenismo). O autor informa-nos, ainda, com muita precisão, sobre a produção da e sobre a própria Septuaginta, dos escritos de Filo de Alexandria e de Josefo, uma vez que são contundentes para a compreensão do judaísmo no tempo do Novo Testamento.

O terceiro capítulo diz sobre a *“A vida e a fé judaicas na época do Novo Testamento”*. Tratando da conjuntura social dos judeus da Palestina e da Diáspora, o texto revela-se rico em relatos e explicações do cotidiano das pessoas, de sua vivência social (sobretudo o que se refere à relação homem-mulher, casamento, cidadania e direitos) e econômica, enfim, do seu estilo de vida em seus aspectos mais comuns e aparentemente irrelevantes, mas de fato significativos. Explica-se, da mesma rica forma, o culto do Templo de Jerusalém, sua organização, sua significação para a cultura e religião judaica e a função dos respectivos servidores do Templo, sobretudo do Sumo-Sacerdote. Há ainda breves explicações sobre as festas (Páscoa, Pentecostes, Tendias e o Grande Dia da Reconciliação). Quando escreve sobre as sinagogas, deixa claro seu significado religioso-cultural, bem como social, uma vez que se tornaram o “centro da vida da comunidade”. O autor também, fala da relação Escritura-Lei-Tradição, explicando sobre a origem do cânon judaico, sua significação para os judeus (santidade, dignidade etc.), a complexidade de sua interpretação e toda a extensão prática da Lei nas 613 determinações válidas ainda hoje para os judeus. No que diz respeito à relação Deus e homem, destaca o papel relevante da Lei e a insondável e soberana justiça divina.

De suma importância neste mesmo capítulo é a abordagem que faz sobre a “salvação vindoura”, em que conta todo o desenvolvimento histórico das diversas e divergentes expectativas do Messias e do Tempo da Salvação que vigoravam até então. Vale frisar, aqui, que “apesar das diversidades das versões sobre o Messias e o Tempo da Salvação, todas elas tinham em comum a aparição do Ungido de Deus como regente e juiz que poria termo à humilhação de Israel, expulsaria os pagãos e fundaria o reino da glória” (p. 179). Contudo, “sua aparição significaria o início de glória e esplendor que Deus daria a seu povo através de seu instrumento. O Messias seria, portanto, o executor, não, porém, o fundamento, o sentido ou o conteúdo da salvação” (p. 181).

A segunda parte do livro é intitulada “*O ambiente helenístico-romano do Novo Testamento*” e também é dividida em três capítulos:

O primeiro é sobre a “*política e a sociedade no Império Romano do século I d.C.*”. Quando trata do Império Romano sob o domínio dos Césares, o autor ganha em manter sempre um olhar especial sobre a Palestina, porém perde pela ausência crítica à tão citada “pax romana”, uma vez que não a lê da perspectiva de quem está à margem do Império – e esta análise a-crítica ou despreocupada da “pax romana”, a meu ver, é a maior infelicidade do livro!¹ Depois, falando da situação social do Império, faz um extraordinário comentário sobre o cotidiano do povo, detalhando aspectos da língua, de como eram feitas as cartas particulares, a administração romana nas províncias, o censo populacional, a produção e a economia, o trabalho escravo, a vida na família, a educação das crianças, o campo das ciências e a imitação de muitos costumes gregos. Este capítulo ainda trata, com riqueza de exemplificações, do culto ao imperador, mostrando sua finalidade política, e mantendo sempre um olhar nos cristãos e judeus frente a esta atitude para eles idolátrica.

O segundo capítulo é sobre os “*movimentos religiosos e correntes espirituais no mundo helenístico-romano no tempo do Novo*

1. Para uma leitura crítica da “pax romana” vale a pena a leitura da obra de WENGST, Klaus, *Pax Romana – Pretensão e Realidade: experiências e percepções da paz em Jesus e no cristianismo primitivo*, São Paulo, Paulus, 1991.

Testamento". Fala dos deuses gregos e romanos, comparando uns e outros e explicando como o povo acreditava neles e como se dava o culto que lhes prestava. Lohse também escreve sobre a religiosidade popular e a sua idéia do destino, revelando seu caráter supersticioso e esotérico. Apresenta-nos, ainda, as religiões dos mistérios e seus problemas e controvérsias inevitáveis com os primeiros cristãos. Finalizando este capítulo, o autor fala da filosofia popular, a saber, de seu caráter moral-prático – já que os romanos constituíam um povo de inteligência prática – e comentando como o epicurismo, os cínicos e o estoicismo, sobretudo o de Epíteto, influenciaram o judaísmo e o cristianismo primitivo.

O terceiro e último capítulo é sobre "*o gnosticismo*". Tratando de sua estrutura básica, fala de sua lógica e doutrina e de seus confrontos com o cristianismo primitivo, o que obrigou este último a formular com maior clareza sua doutrina sobre a criação, o homem e a salvação. Tratando do "*corpus hermeticum*" como testemunho do gnosticismo pré-cristão, esclarece o conceito e o conteúdo do gnosticismo e sua considerável relação com o cristianismo. Por fim, o autor aborda a difusão do gnosticismo no século I d.C., falando sobre as atividades do gnóstico Simão na Samaria, dos mandeus (gnósticos batistas), inicialmente nas margens do Jordão, das comunidades de Corinto, Filipos e da Ásia Menor, bem como, mais uma vez, de sua infiltração e conflitos com o cristianismo.

Na parte final, despindo o caráter histórico que usou em toda sua obra, sem contudo desconsiderá-lo, Lohse faz uma breve e completa leitura teológico-cristã da História que tão bem descreveu nas quase trezentas páginas de sua obra.

Seu livro traz ainda uma amplíssima bibliografia, quase toda em alemão – somente duas obras em português, uma em inglês e uma em latim. Traz, também, no final, uma cronologia sintetizada (de 722 a.C. a 180 d.C.) e índices por nomes, assuntos e citações bíblicas de sua obra, deixando de citar, de todo o Novo Testamento, apenas Tt, Tg, II Pd e II e III Jo, fato que evidencia o profundo embasamento neotestamentário de sua obra, coerente com o que escrevera na introdução da mesma, pois "*os escritos do Novo Testamento são também a fonte mais importante para a compreensão de seu contexto e de seu*

ambiente cultural, porque contêm informações sobre a situação da Palestina e do Império Romano, referindo-se a datas exatas” (p. 7). Por fim, traz dois pertinentes mapas (1= “O reino de Herodes Magno e seus filhos” e 2= “o Império Romano no tempo neotestamentário”) e dois esquemas (1= “a família real dos asmoneus” e 2= “a casa de Herodes”), de ótima utilidade para acompanhar a leitura da obra.

Conforme já disse, a obra de Eduard Lohse tem um caráter mais histórico que teológico, o que, contudo, evidencia a necessidade das tão importantes interdisciplinaridade e mediação das ciências sociais para o fazer teológico. O autor não faz Teologia da Libertação, mas sua teologia também é histórica e ainda pode ser libertadora, na medida em que, ao lermos seu livro, consigamos captar quão relevante se faz pensar a fé a partir do concreto, do conflitante e da dialética da vida.

Finalizo com palavras precisas do próprio autor, palavras estas demonstrativas do poder de alcance da obra – que cumpre o que objetiva – e convidativas à sua indispensável leitura por parte dos alunos de Teologia:

... é necessário não somente estudar as línguas faladas naquele tempo – hebraico, aramaico e grego –, mas também conhecer, tão exatamente quanto possível, a situação política, as condições de vida e os costumes daqueles homens, suas esperanças e expectativas, suas idéias e opiniões. Quanto mais exatamente conhecermos o ambiente em que o anúncio cristão encontrou os homens e o modo como o Evangelho foi entendido e transmitido, melhor conseguiremos traduzir o conteúdo dessa mensagem, o modo de se falar e as idéias do mundo antigo para a linguagem do nosso tempo (p. 6).

**André Luiz Fávero cursa o 3º ano de Teologia no ITCR da PUC-Campinas.
e-mail: faveroal@globo.com**